



# DIÁRIO DO LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais

Quinta-feira - 5 de janeiro de 2012

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro  
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique  
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco  
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes  
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo  
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.  
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

## SUMÁRIO

- 1 - ATAS
  - 1.1 - Reunião de Comissões
- 2 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

### ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/10/2011

Às 10h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Doutor Wilson Batista, Sargento Rodrigues, Elismar Prado e Marques Abreu, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Doutor Wilson Batista, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Em seguida, comunica o recebimento de ofício do Sr. Geraldo Henrique Alves, Presidente da Associação de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania – ADDHC –, encaminhando sugestões de manifestações de aplauso e solicitando que a Comissão encaminhe ao Ministério da Saúde, à Secretaria de Saúde e à Secretaria de Saúde de Juiz de Fora pedido de providências para que viabilizem o acesso de pessoas com deficiência ao Tratamento Fora de Domicílio – TFD. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 737/2011, no 1º turno (Deputado Elismar Prado), e 2.393/2011, em turno único (Deputado Marques Abreu). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 596/2011 na forma do Substitutivo nº 2 e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Sargento Rodrigues, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.182/2011, que recebeu parecer por sua aprovação. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Doutor Wilson Batista, Elismar Prado e Marques Abreu em que solicitam seja encaminhado ao Ministério da Saúde, à Secretaria de Saúde e à Secretaria de Saúde de Juiz de Fora pedido de providências para garantir às pessoas com deficiência o acesso ao Tratamento Fora de Domicílio – TFD -, e Dalmo Ribeiro Silva em que solicita seja realizada audiência pública, em Pouso Alegre, para debater as políticas de integração social e os programas governamentais relativos aos direitos da pessoa com deficiência na região Sul. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de novembro de 2011.  
Marques Abreu, Presidente - Elismar Prado - João Leite.

### ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 24/11/2011

Às 9h32min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Hely Tarquínio, Doutor Wilson Batista e Neider Moreira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Hely Tarquínio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento de ofícios dos Srs. Antônio Jorge de Souza Marques, Secretário de Saúde, encaminhando a prestação de contas da Secretaria de que é titular referentes ao período de janeiro a setembro deste ano; e Rogério Bernardes Coelho, Presidente da Câmara Municipal de Araguari, encaminhando relação de equipamentos que estão nas dependências do Hospital Municipal de Araguari e não estão sendo utilizados. Os ofícios foram encaminhados à Consultoria da Casa para análise. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: em 1º turno, Projetos de Lei nºs 1.823/2011 (Deputado Adeldo Carneiro Leão) e 1.839/2011 (Deputado Doutor Wilson Batista); em turno único, Projeto de Lei nº 2.000/2011 (Deputado Hely Tarquínio). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 79/2011 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1, apresentada pelo relator, Deputado Doutor Wilson Batista; e 1.363/2011 com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Constituição e Justiça, e a Emenda nº 3, apresentada pelo relator, Deputado Doutor Wilson Batista; pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 804/2011 na forma do Substitutivo nº 2, apresentado pelo relator, Deputado Neider Moreira, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça; e pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.986/2011 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1, apresentada pelo relator, Deputado Hely Tarquínio. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.218/2011, que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.712, 1.812, 1.864 e 1.867/2011. O Requerimento nº 1.792/2011 é retirado da pauta a requerimento do Deputado Doutor Wilson Batista. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.431, 2.302, 2.326, 2.329 e 2.362/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. São recebidos pela Presidência requerimentos da Deputada Liza Prado (3) em que solicita seja encaminhado à Agência Nacional de Aviação Civil e à Secretaria de Transportes e Obras Públicas pedido de providências para a identificação e desativação dos aeroportos clandestinos utilizados para pulverização aérea com agrotóxicos; seja realizada reunião para debater, em audiência pública, políticas públicas relativas ao mal de Parkinson; e seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a divulgação de alerta quanto aos efeitos colaterais de medicamentos disponíveis no mercado; dos Deputados Marques Abreu, Tadeu Leite Martins, Adeldo Carneiro Leão, Fabiano Tolentino e Gustavo Perrella em que solicitam seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Esporte, Lazer e Juventude para debater políticas públicas de prevenção à obesidade infantil; da Deputada Rosângela Reis e dos Deputados Celinho do Sinttrocel e Carlos Mosconi (2) em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Planejamento e Gestão pedido de providências com relação à desapropriação do Hospital Siderúrgica, em Coronel Fabriciano; e seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para a reabertura imediata do Hospital Siderúrgica, sob a administração temporária dessa Secretaria; dos Deputados Celinho do Sinttrocel em que solicita seja encaminhado ao Ministério da Saúde, à Secretaria de Saúde, ao Ministério Público do Trabalho, à Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano, à Associação Beneficente de Saúde São Sebastião e à Fundação São Camilo pedido de informações sobre o fechamento do Hospital Siderúrgica e suas consequências; e Hely Tarquínio em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, o ressarcimento do SUS por despesas decorrentes do atendimento, em suas unidades, de pacientes que têm planos privados de saúde. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Neider Moreira em que solicita seja realizada visita ao Governador do Estado para discutir a criação de fundo específico ou a abertura de linha de financiamento do BDMG para o alongamento do perfil das dívidas das instituições de saúde do Estado; Doutor Viana em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, o Projeto de Lei nº 1.635/2011, que dispõe sobre a criação de programa para identificação e tratamento da dislexia na rede estadual de ensino; Luiz Carlos Miranda (3) em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Segurança Pública para debater o avanço das drogas nos Vales do Aço e do Rio Doce; seja encaminhado ao Departamento de Vigilância Sanitária do Estado pedido de providências para a fiscalização das instalações sanitárias oferecidas pelos estabelecimentos onde há paradas de ônibus nas BRs 381 e 135; e seja realizada audiência pública para debater os acidentes vasculares cerebrais e seu tratamento; Célio Moreira em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para debater, em audiência pública, questões relacionadas ao lixo hospitalar; Délio Malheiros em que solicita seja realizada audiência pública para debater a destinação do lixo hospitalar no Estado, em especial na Região Metropolitana de Belo Horizonte; Luiz Henrique em que solicita seja realizada audiência pública para debater os preços pagos aos dentistas conveniados pelas operadoras de planos odontológicos; da Deputada Liza Prado em que solicita seja realizada audiência pública para debater assuntos relacionados ao Ipsemg, especialmente a extinção de convênios; e do Deputado Dalmo Ribeiro Silva em que solicita seja realizada audiência pública para debater medidas contra a disseminação da droga óxi no Estado. Em seguida, é aprovado relatório relativo à visita da Comissão à Secretaria de Saúde, em 4/10/2011. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de novembro de 2011.  
Carlos Mosconi, Presidente - Hely Tarquínio - Neider Moreira.

### ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 25/11/2011

Às 18h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlin Moura e Rogério Correia (substituindo o Deputado Paulo Lamac, por indicação da Liderança do PT), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlin Moura, declara aberta a reunião e, nos termos regimentais, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a educação no campo e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Mônica Maria de Souza, Diretora do Sind-UTE; e os Srs. Padre João, Deputado Federal; Antônio Lúcio de Mattos Zambon, Coordenador-Geral da Educação do Campo do Ministério da Educação; Wilson Luiz da Silva, Presidente da Fetaemg; Charles Moreira da Cunha, professor do curso de licenciatura em Educação do Campo da UFMG, representando a Sra. Maria de Fátima Almeida Martins, Coordenadora desse curso; Idalino Firmino dos Santos, Secretário Executivo da Associação Mineira das Escolas Família Agrícola; Osvaldo Samuel Costa Santos, dirigente estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, representando o Sr. Amarildo de Souza Horácio, dirigente estadual dessa entidade; e Nilson José de Oliveira, representando a turma D. José Mauro do curso de licenciatura em Educação do Campo da UFMG, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de novembro de 2011.  
Bosco, Presidente - Carlin Moura.



## ATA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 29/11/2011

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Sebastião Costa, Bruno Siqueira, André Quintão, Cássio Soares e Delvito Alves, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.657, 2.667, 2.674 e 2.679/2011 (Deputado André Quintão); 2.658, 2.664, 2.670 e 2.673/2011 (Deputado Bruno Siqueira); 2.661, 2.662 e 2.676/2011 (Deputado Cássio Soares); 2.660, 2.665, 2.666 e 2.671/2011 (Deputado Delvito Alves); 2.659, 2.669 e 2.672/2011 (Deputado Luiz Henrique) e 2.675/2011 (Deputada Rosângela Reis); Projeto de Lei Complementar nº 22 e Projeto de Lei nº 2.668/2011 (Deputado Sebastião Costa). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. É distribuído em avulso, por solicitação do relator, Deputado Sebastião Costa, o parecer em que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei Complementar nº 22/2011 com as Emendas nºs 1 e 4. O Projeto de Lei nº 1.781/2011 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento da Deputada Rosângela Reis, aprovado pela Comissão. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 2.617/2011 e 1.007/2011 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Sebastião Costa); 29/2011 com a Emenda nº 1 e 1.731/2011 (relator: Deputado Delvito Alves). Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 422 e 1.174/2011 deixam de ser apreciados em virtude de solicitações de prorrogação do prazo regimental formuladas pelos respectivos relatores, Deputados Delvito Alves e André Quintão. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade dos Projetos de Lei nºs 1.179/2011 (relator: Deputado Delvito Alves) e 1.237/2011 (relator: Deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição). É convertido em diligência à Secretaria de Defesa Social o Projeto de Lei nº 1.351/2011 (relator: Deputado Cássio Soares). Registra-se a presença do Deputado Célio Moreira (substituindo o Deputado Luiz Henrique, por indicação da Liderança do BTR). Na fase de discussão do parecer em que o relator, Deputado Delvito Alves, conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 1.916/2011, o Presidente defere pedido de vista do Deputado Célio Moreira. Retiram-se da reunião os Deputados Célio Moreira e Delvito Alves. Na fase de discussão do parecer em que o relator, Deputado André Quintão, conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 2.331/2011 na forma do Substitutivo nº 1, o Presidente defere pedido de vista do Deputado Cássio Soares. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 2.504/2011 (relator: Deputado André Quintão). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 2.616/2011 deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prorrogação do prazo regimental formulada pelo relator, Deputado Bruno Siqueira. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 1.850/2011 (relator: Deputada Rosângela Reis). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 1.300/2011, 2.632/2011 com a Emenda nº 1, 2.635, 2.653, 2.622 e 2.652/2011 (relator: Deputado Bruno Siqueira, em virtude de redistribuição no caso dos dois últimos projetos); 1.467 e 2.322/2011, 2.368/2011 com a Emenda nº 1 e 2.621/2011 (relator: Deputado Cássio Soares); 2.618, 2.626, 2.630 e 2.639/2011 (relator: Deputado Delvito Alves; leitor: Deputado Cássio Soares); 2.620, 2.628, 2.633 e 2.651/2011 (relator: Deputado André Quintão); 2.625/2011 com a Emenda nº 1 e 2.637/2011 (relator: Deputada Rosângela Reis). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos em que se solicita sejam os Projetos de Lei nºs 2.631 e 2.641/2011 baixados em diligência ao autor; e o Projeto de Lei nº 2.638/2011, à Secretaria de Casa Civil e Relações Institucionais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de dezembro de 2011.

Sebastião Costa, Presidente - Bruno Siqueira - Adelmo Carneiro Leão - Bonifácio Mourão - Delvito Alves.

## ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 7/12/2011

Às 15h9min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Fabiano Tolentino, Doutor Viana, Romel Anízio e Rômulo Viegas, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Bosco. Havendo número regimental, o Vice-Presidente, Deputado Fabiano Tolentino, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Viana, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no "Diário do Legislativo" nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios do Presidente da Associação dos Fiscais Agropecuários de Minas Gerais (2/12/2011); do Chefe de Gabinete do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e do Coordenador do Procon Estadual (3/12/2011). O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 1.991/2011, em turno único, para cuja relatoria designou o Deputado Rômulo Viegas. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.093/2011 na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pelo relator, Deputado Fabiano Tolentino. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 2.584 e 3.610/2011, que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.015, 2.019, 2.020, 2.035, 2.049, 2.050 e 2.052/2011. Neste momento, verifica-se a presença do Presidente, Deputado Antônio Carlos Arantes, que assume a Presidência e passa à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Antônio Carlos Arantes, Fabiano Tolentino, Doutor Viana, Rômulo Viegas e Romel Anízio em que solicitam seja realizada audiência pública para debater a campanha "Reforma Agrária. Essa conquista não está à venda", lançada pelo Inbra, e a evolução da organização social e produtiva dos assentamentos; Rogério Correia (2) em que solicita seja realizada audiência pública para o lançamento da campanha nacional do Inbra "Reforma Agrária. Essa conquista não está à venda"; e seja realizado debate público para discutir as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e a reforma agrária no Estado; Bosco e Rogério Correia em que solicitam sejam realizadas audiências públicas regionais, conjuntas com a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, para debater a Lei nº 11.947, de 2009, no tocante ao atendimento da alimentação escolar. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2011.

Romel Anízio, Presidente - Rômulo Viegas - Neider Moreira.

## ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/12/2011

Às 14h31min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Célio Moreira, Duarte Bechir e Gustavo Corrêa, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Duarte Bechir, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Suspende-se a reunião. Reabertos os trabalhos, registra-se a presença da Deputada Luzia Ferreira e dos Deputados Célio Moreira, Duarte Bechir e Gustavo Corrêa. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.061/2011 no 2º turno, na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno (relator: Deputado Gustavo Corrêa). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.014 e 2.051/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Célio Moreira (6) em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad - pedido de providências para a elaboração de relatório técnico referente ao passivo ambiental decorrente da instalação e operação do empreendimento de abastecimento de água de Rio Manso, sob a responsabilidade da Copasa-MG; seja encaminhado à Semad pedido de providências para a elaboração do Termo de Referência relativo aos reservatórios artificiais para geração de energia e abastecimento público, em especial os destinados ao abastecimento de Rio Manso; seja encaminhado à Superintendência Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana pedido de providências para verificação do cumprimento das condicionantes estabelecidas na Licença de Operação em Caráter Corretivo nº 163, concedida em 26/7/2010, sendo a resposta encaminhada também às Câmaras e Prefeituras Municipais de Brumadinho e Rio Manso e à Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Defesa das Bacias dos Rios das Velhas e Paraopeba; seja encaminhado à Copasa-MG pedido de providências para a regularização do fornecimento de água às comunidades do entorno do Sistema Rio Manso; a implantação de sistemas de coleta e tratamento de esgotos para essas comunidades e o estudo da viabilidade de conceder-lhes gratuidade do fornecimento de água; seja encaminhado ao Núcleo de Compensação Ambiental e à Câmara de Proteção à Biodiversidade do IEF pedido de providências para que os recursos da compensação ambiental estabelecida na Condicionante nº 20 da Licença de Operação em Caráter Corretivo nº 163, de 26/7/2010, sejam aplicados integralmente na área diretamente afetada pelo Sistema Rio Manso; e seja encaminhado à Copasa-MG, à Samarco Mineração S.A., à Semad e à Agência Reguladora dos Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre a potabilidade da água captada para abastecimento de mineroduto e abastecimento público em Matipó; Délio Malheiros (2) em que solicita seja encaminhado à Ferrous Resources do Brasil pedido de informações sobre o impacto ambiental do mineroduto que está construindo no Estado; e sejam encaminhados ao Ministério Público Federal as notas taquigráficas da 19ª Reunião Extraordinária da Comissão e pedido de providências para análise dos possíveis danos ambientais causados pela construção de minerodutos no Estado; e André Quintão em que solicita, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 1.556/2011, seja realizada reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Participação Popular para debater estratégias de gestão e financiamento do governo do Estado para a universalização do acesso à água no semiárido mineiro. Logo após, são recebidos pela Presidência requerimentos do Deputado Délio Malheiros (4) em que solicita seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes pedido de providências com relação ao acúmulo de entulho nas margens da BR-040, especialmente na Serra da Calçada e no Parque Estadual da Serra do Rola-Moça; sejam encaminhados à Semad cópia das notas taquigráficas da 25ª Reunião Ordinária da Comissão e pedido de que se posicione acerca dos problemas nela discutidos, especialmente no que se refere às denúncias de degradação da Serra da Calçada e das unidades de conservação situadas nessa região; sejam encaminhados à Copasa-MG cópia das notas taquigráficas da 25ª Reunião Ordinária da Comissão e pedido de que se posicione com relação aos problemas nela discutidos, especialmente no que se refere às denúncias de degradação dos mananciais da Serra da Calçada e das unidades de conservação dessa região; e seja encaminhado ao DER-MG pedido de providências com vistas à celebração de parceria com a diretoria do Parque Estadual da Serra do Rola-Moça para que este órgão assumia a responsabilidade da conservação da estrada que passa por esse Parque. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, desconvoça a reunião extraordinária de hoje, às 20 horas, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011.

Célio Moreira, Presidente - Duarte Bechir - Ivair Nogueira.



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Editora NDJ Ltda. Objeto: aquisição de assinatura dos periódicos "Boletim de Direito Administrativo", "Boletim de Direito Municipal" e "Boletim de Licitações e Contratos" para o período de janeiro a dezembro de 2012. Vigência: a partir da assinatura até o dia 31/12/2012. Licitação: inexigível (art. 25, I, da Lei Federal nº 8.666, de 1993). Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

## TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Royal & Sunalliance Seguros Brasil S.A. Objeto: prestação de serviços de seguro de vida para servidores da contratante, prestamistas do Fundhab. Objeto do aditamento: 2ª prorrogação por 12 meses, com reajuste do preço. Vigência: 12 meses a partir de 3/1/2012 até as 24 horas do dia 2/1/2013.

**TERMO DE ADITAMENTO**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Thyssenkrupp Elevadores S.A. Objeto: prestação de serviços de manutenção em plataforma de transporte vertical para portadores de necessidades especiais. Objeto do aditamento: 4ª prorrogação do contrato, com reajuste de preço a ser estabelecido por termo de apostila. Vigência: 12 meses a partir de 3/3/2012, inclusive, até 2/3/2013. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

**TERMO DE CONTRATO**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Elevadores Atlas Schindler S.A. Objeto: prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento integral de peças e componentes, em 11 elevadores Atlas. Vigência: 12 meses a partir da data da assinatura, inclusive. Licitação: Pregão Eletrônico nº 87/2011. Dotação orçamentária: 1011.01.122.701-2.009.3.3.90(10.1).

**TERMO DE ADITAMENTO**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Unimed-BH Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência à saúde, através de plano privado, na modalidade de contratação coletiva empresarial. Objeto do aditamento: 1ª prorrogação do contrato, com reajuste de preço a ser estabelecido por termo de apostila. Vigência: 12 meses a partir de 2/3/2012, inclusive, até 1º/3/2013. Dotações orçamentárias: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-(10.1) e 4121-10.302.764-4.539.3.3.90(60.1).

**TERMO DE CONTRATO**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: NET Serviços de Comunicação S.A. Objeto: captação, instalação e distribuição de 300 pontos de sinais de TV, bem como empréstimo, em regime de comodato, de decodificadores digitais e controles remotos, incluindo a manutenção preventiva e corretiva dos serviços e equipamentos. Vigência: 12 meses a partir da data da assinatura, inclusive. Licitação: dispensada, nos termos do art. 24, VII, da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011.01.122.701-2.009.3.3.90(10.1).

**TERMO DE ADITAMENTO**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Oversee Tecnologia e Sistemas Ltda. Objeto: prestação de serviço de captação do sinal TV Assembleia e provimento de "streaming media", para distribuição do sinal, via internet. Objeto do aditamento: correção de erro material. Vigência: de 4/11/2011 a 3/11/2012. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

**TERMO DE ADITAMENTO**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Belta Tecnologia Ltda. Objeto: coleta, análise e diagnóstico de qualidade do ar interior dos ambientes do Palácio da Inconfidência e seus anexos. Objeto do aditamento: 1ª prorrogação, com reajuste do preço. Vigência: de 12/4/2012 a 11/4/2013. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

**TERMO DE CONTRATO**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Elevadores Atlas Schindler S.A. Objeto: reparos emergenciais em 4 elevadores do edifício Carlos Drummond de Andrade, com fornecimento de componentes e peças. Vigência: 20 dias corridos. Licitação: dispensada (art. 24, IV, da Lei Federal nº 8.666, de 1993). Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.